

## **LEI N.º 2.039, DE 12 DEZEMBRO DE 2.000**

“ESTABELECE CRITÉRIOS E CONDIÇÕES PARA A CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

**ANTONIO ALVES DA SILVA**, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ, APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:-

**Artigo 1º** - São isentos do pagamento dos tributos municipais sobre a propriedade predial urbana:

- I. os imóveis pertencentes a mutilados e incapazes, impossibilitados de qualquer trabalho;
- II. os imóveis cujos proprietários contam com mais de 65 ( sessenta e cinco) anos de idade;
- III. os imóveis pertencentes a aposentados e pensionistas, com idade inferior à exigida no inciso anterior, desde que não percebam proventos superiores ao valor do salário mínimo vigente e que a única fonte de renda seja o benefício previdenciário;
- IV. os imóveis habitados pelos seus doadores usufrutuários, que se enquadram nas condições previstas nos incisos anteriores;
- V. os imóveis pertencentes às pessoas que, nos termos da Lei Federal n.º 8.069 ( Estatuto da Criança e do Adolescente), assumam os encargos da guarda, tutela ou adoção de crianças ou adolescentes, e até que estes completem 21 ( vinte e um ) anos de idade.

**Artigo 2º** - O benefício isencional, nesses casos, somente será, concedido em relação aos imóveis que sirvam de habitação própria ao interessado e mediante os seguintes requisitos, renovados, anualmente:

- I. atestado expedido pela autoridade sanitária local, no qual conste uma das condições previstas no inciso I do art. 1º;
- II. documentos expedidos por órgão previdenciário, no qual se comprovem as condições previstas no inciso III do art. 1º, e declaração do interessado, sob as penas da lei, de que não possui outra fonte de renda;
- III. certidão do Cartório do Registro de Imóveis ( C.R.I.), constando que o interessado não é proprietário e nem usufrutuário de outros imóveis, e declaração pessoal de que não possui outros imóveis fora da circunscrição imobiliária da Comarca de Osvaldo Cruz;

## **LEI N.º 2.039, DE 12 DEZEMBRO DE 2.000**

- IV. declaração de residência firmada pelo interessado, com duas testemunhas;
- V. documento de identidade comprovando a idade do interessado;
- VI. certidão da sentença judicial com trânsito em julgado, que deferiu ao interessado, a guarda, tutela ou adoção de criança ou adolescente.

**Parágrafo único :** O cônjuge sobrevivente que preencher um dos requisitos desta Lei, gozará da isenção integral nela prevista.

**Artigo 3º** - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para a concessão ou cessadas as condições que a motivaram, será a isenção revogada.

**Artigo 4º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã, 12 de dezembro de 2.000.

**ANTONIO ALVES DA SILVA**

Prefeito Municipal

Parapuã

Publicada e registrada em livro próprio na Chefia de Seção e Expediente da Prefeitura Municipal de Parapuã e afixada em lugar de costume na data supra.

**NADELSON PEDRO DO ESPÍRITO SANTO**

RG. 6.384.778 SSP/SP

Chefe de Seção e Expediente